**"Problema das grandes cidades"**

Sabe-se que as maiores cidades do país detêm a maior visibilidade nacional e possuem concentrações de investimentos na infraestrutura, tecnologia e na ciência da região, trazendo um maior crescimento na densidade demográfica e sendo um fluxo de atração para inúmeros indivíduos. Porém, como consequência, as grandes cidades enfrentam o problema da falta de oportunidades para todos os cidadãos, gerando divergências relacionadas à habitação dos brasileiros, desemprego e o aumento da violência local. Com isso, essa causa merece um olhar mais crítico de enfrentamento.

Em princípio, é necessário entender que o país tem uma alta concentração fundiária presente nas mãos de grandes latifundiários, que estão presentes no Brasil desde o seu descobrimento pelos portugueses no século XVI. E, como efeito dessa acumulação territorial, ficou destinado aos migrantes e imigrantes que estavam em busca de oportunidades trabalhistas nas grandes cidades, a ocupação de lugares impróprios para se habitar, com diversos riscos de desmoronamentos, processos de erosão e escassez de recursos governamentais para a sua manutenção – gerando problemas socioambientais.

Por consequência, atenua-se o problema, visto que, as políticas sociais estão cada vez mais distantes daqueles que necessitam de auxílio para superar as suas dificuldades, sendo que os problemas habitacionais se agravaram ainda mais nos últimos anos. De acordo com a fundação João Pinheiro, foi estimado que houve um déficit habitacional de cerca de 5,5 milhões de unidades de moradias no ano de 2008 – o que indica a negligência do Governo. O desemprego também está atrelado a todos esses problemas retratados, já que sem moradia, as chances de oportunidades de emprego se tornam escassas. E, de tal forma, sem emprego, os crimes relacionados a furtos tendem a crescer exponencialmente, resultado da negligência estatal em solucionar essas problemáticas.

Assim, todo esse sistema prejudicial ao brasileiro deve receber medidas efetivas ao seu combate para que essa problemática seja mitigada. Portanto, cabe aos poderes estaduais criarem e ampliarem políticas sociais que tragam a garantia de moradias a todos que precisam, por exemplo, no Programa nacional “Minha casa, minha vida”. Ademais, deve ser realizado por meio de investimentos e reformas, com a ajuda de órgãos especializados como o Movimento dos Trabalhadores sem Terra – que lutam pelo direito de propriedade para todos, reorganizar a estrutura fundiária e proporcionar a redistribuição de terras, com o intuito de tornando a sociedade um lugar mais justo e igualitário.